

A Batalha da Síria e a nova geopolítica do Oriente Médio

Marcelo Buzetto¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o papel e os interesses dos EUA e seus aliados regionais na guerra que está se desenvolvendo na República Árabe Síria desde 2011. Partimos do pressuposto que o governo dos EUA é o único país do mundo que patrocina, ao mesmo tempo, inúmeras “guerras híbridas”, “guerras por procuração”, se utilizando de táticas conhecidas da época da Guerra Fria, como as “operações de guerra psicológica” e a “guerra de informação”. Consideramos que a Batalha da Síria e seus ensinamentos estão mudando o equilíbrio de forças na geopolítica do Oriente Médio, interrompendo um desejo do imperialismo estadunidense, que é o controle absoluto do território que vai do Mar Mediterrâneo ao Golfo Pérsico.

Palavras-chave: Guerra na Síria, imperialismo, política externa dos EUA no Oriente Médio.

Abstract: This article aims to analyse the role and interests of the United States and its regional allies in the war that is developing in Syria Arab Republic since 2011. We assumed that the Government of the United States is the only country in the world that sponsors at the same time, numerous "hybrid wars", "proxy wars", if using known tactics from the era of the cold war, as the "psychological warfare operations" and the "information war". We believe that the battle of Syria and his teachings are changing the balance of forces in the geopolitics of the Middle East, stopping a desire of imperialism of the United States, which is the absolute control of the territory from the Mediterranean Sea to the Persian Gulf.

Key-words: War in Syria, imperialism, us foreign policy in the Middle East

O governo dos EUA trata a Síria como uma ameaça desde os anos 50

A República Árabe Síria tornou-se um importante alvo na nova guerra global desencadeada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Visando recuperar a hegemonia estadunidense na política mundial - em especial no Oriente Médio – a OTAN tem sido um instrumento dos sucessivos governos dos Estados Unidos da América (EUA) para a busca da realização de determinados interesses considerados

¹ Pós-doutorando em Ciências Sociais UNESP – Marília, professor do Instituto Federal São Paulo (IFSP) – Campus São Roque e do Centro Universitário Fundação Santo André; membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS-PUC/SP).

estratégicos do ponto de vista econômico, político e militar. Com a sempre bem vinda cumplicidade da ampla maioria (ou da totalidade) dos governos europeus, o imperialismo estadunidense continua fabricando novas guerras e intervenções militares pontuais, estimulando sorrateiramente ou organizando abertamente golpes de Estado contra nações consideradas como uma ameaça a seus interesses e movimentando, assim, um dos setores mais dinâmicos de sua economia, o tão conhecido complexo industrial-militar. O modelo OTAN de “intervenção humanitária” foi implementado na Ex-Iugoslávia, na guerra dos Balcãs, depois adaptado ao Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria. Intervenção humanitária, guerra por procuração, mudança de regime e guerra assimétrica tornaram-se expressões comuns na análise nos conflitos regionais do início do século XXI. Os motivos da contínua agressão contra a Síria são os mais variados.

A Síria é uma nação árabe que desde os anos 50/60 tem entrado em conflito com os aliados dos EUA na região. Quando o líder egípcio Gamal Abdel Nasser lançou a proposta de unificar as nações árabes, criando a República Árabe Unida (RAU), um novo movimento político nacionalista tomava conta do mundo árabe. A Síria é parte desse contexto da Guerra Fria e do surgimento e expansão do Pan-Arabismo e do Nasserismo. Egito e Síria formam a RAU e a primeira iniciativa ousada de Nasser será a nacionalização do Canal de Suez. O governo Nasser vai estatizar a *Compagnie Universelle du Canal Maritime de Suez*, empresa francesa controlada pelos ingleses. A nacionalização estava inserida num programa de reformas econômicas que tinha como objetivo assegurar o controle do Estado no processo de desenvolvimento nacional. Essa aliança Egito-Síria será acompanhada de uma série de acordos de cooperação econômica e militar entre a RAU e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que demonstra que a Rússia, ao contrário do que alguns afirmaram, está muito presente no Oriente Médio (em especial na Síria) desde os anos 50. Com todas as contradições e erros cometidos, o governo de Nasser tornou-se uma referência para os povos árabes, e criou um poderoso movimento político, social, popular e de massas, que se multiplicou com a rapidez de um rastilho de pólvora por toda a África e Ásia. Nasser foi uma importante liderança política e também ideólogo de um novo pensamento e de uma nova teoria: o Socialismo Árabe. Com todos os problemas que podem ser apontados, é inegável a contribuição do nasserismo em buscar pontes entre o socialismo e a história e cultura árabes. Ao liderar um movimento cívico-militar com um programa republicano, socialista e árabe, Nasser transforma a geopolítica do Oriente Médio no curto período que esteve à

frente do governo do Egito. Desde a Revolução dos Oficiais Livres, em 1952, até a sua morte, em 1970, o exemplo do nacionalismo/socialismo árabe nasseriano serviu de inspiração para inúmeras organizações, entre elas o Movimento de Libertação Nacional (Fatah), de Yasser Arafat e a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), de Georges Habash, representantes do movimento nacional palestino. Essas duas lideranças populares palestinas se formaram por influência do Movimento Nacionalista Árabe, muito forte no Egito dos anos 50. É de conhecimento público o apoio de Nasser à causa palestina. A morte (ou assassinato por envenenamento, segundo alguns) de Gamal Abdel Nasser vai fragilizar o movimento de unificação dos povos árabes na sua luta contra o colonialismo/imperialismo, contra o sionismo e contra as monarquias árabes historicamente submissas aos interesses anglo-franco-estadunidenses. A União Socialista Árabe, partido político criado por Nasser, expressava o programa do novo nacionalismo árabe, que agora incorporava conceitos e ideias de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, ao mesmo tempo em que buscava resgatar a heróica resistência política e popular árabe frente aos imperialismos britânico e francês. Muitas lutas internas marcam o governo de Nasser, e o movimento operário-sindical (sob forte influência dos comunistas), as massas populares e os estudantes progressistas e de esquerda sempre defendiam a unidade do povo com as forças armadas, em especial com os setores mais democráticos e progressistas, para assegurar a independência nacional e o desenvolvimento econômico com justiça social. O programa de reformas nasserista ultrapassou fronteiras, e na Síria, Iraque, Iêmen, Líbano, Palestina e Jordânia foram formados partidos políticos “socialistas-árabes”, sendo o mais conhecido o Baath (Partido Socialista Árabe - Arab Socialist Ba'ath Party). Na sua origem o “baathismo” foi um movimento político e ideológico árabe que surge nos anos quarenta do século XX. Na Síria teve início a partir das ações de Zaki al-Arsuzi, Michel Aflaq e Salah ad-Din al-Bitar. O lema desse movimento e dos partidos que vieram depois é: “Unidade, Liberdade, Socialismo”. Sua principal reivindicação sempre foi a libertação do mundo árabe da dominação colonialista/imperialista. Seu programa era republicano, secular e socialista, mas buscava valorizar os aspectos históricos e culturais particulares das formações sociais árabes na África e na Ásia, em especial a contribuição do islã na construção das nações, mas sempre tendendo para uma proposta de Estado Laico, com ótimas relações com as comunidades religiosas cristã e muçulmana. Entre os anos 40 e 70 do século XX diversas expressões desse movimento político surgiram e se desenvolveram por todo o mundo árabe, cada qual com suas especificidades, sempre influenciados pelas lutas políticas e

sociais locais e/ou regionais, mas também pela conjuntura internacional e pelos interesses estratégicos das potências envolvidas em disputas por territórios, rotas comerciais, recursos naturais, etc. Entre 1947 e 1958 o “baathismo” se expande e conquista muitos adeptos entre estudantes, professores, intelectuais, militares e entre as massas populares. Entre 1958 e 1961 se intensificam as divergências internas nos diferentes partidos nos vários países árabes, e tem início um período de multiplicação de tendências, cisões e novas facções políticas. O fim da RAU coloca uma dúvida sobre a possibilidade de uma unidade árabe contra o imperialismo e contra o sionismo. Mas é importante destacar que a sabedoria estratégica de Nasser já conseguia perceber que “as forças imperialistas e os monopólios internacionais tem em mira um objetivo fixo, que é o de colocar o território árabe, do Oceano ao Golfo, sob controle militar estrangeiro para assegurar a continuidade da exploração e do saque de suas riquezas” (NASSER, 1963, p. 220). Esse é o objetivo estratégico definido pelo imperialismo anglo-franco-estadunidense: controlar, a qualquer custo, o território onde se localizam os países árabes, do Oceano Atlântico, passando pelo Mar Mediterrâneo e chegando até o Golfo Pérsico. O domínio dessa histórica e importante rota comercial também é uma necessidade dentro das discussões e orientações geopolíticas determinadas pelas potências imperialistas na sua luta pela ampliação de seu poder e influência nas relações internacionais, sempre na defesa de seus interesses, seja de governos ou de empresas/corporações transnacionais. A ofensiva contra a Síria segue por esse mesmo caminho de pilhagem e violência para assegurar os interesses externos.

Guerras por procuração, “intervenção humanitárias”, guerras híbridas e “revoluções coloridas”: instrumentos de uma política internacional imperialista

Para compreender a atual situação da República Árabe Síria é necessário uma análise das relações internacionais no período pós-1991, quando chega ao fim a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e se consolida a derrocada dos países considerados “socialistas” no Leste Europeu e Balcãs. A partir desses acontecimentos históricos, ocorrem significativas transformações na política internacional, e novas situações de conflito emergem em territórios e regiões que são cobiçadas por interesses estratégicos muito articulados com a política externa dos EUA, França, Inglaterra e seus aliados locais. A fragilidade de setores reconhecidamente antiimperialistas em várias partes do mundo cria condições favoráveis para uma nova escalada militar da potência

hegemônica em crise, buscando ocupar espaços onde antes predominava a influência soviética. O fim da URSS alterou a correlação de forças no cenário internacional a favor do imperialismo estadunidense e europeu ocidental, bem como projetou com mais poder e influência a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que ampliou seu protagonismo pelo mundo, tendo iniciado essa nova jornada de intervenções militares na ex-Iugoslávia, entre 1992 e 1998. Desde esse período observamos que todos os países que, em alguma medida, ameaçaram ou criaram qualquer obstáculo significativo aos interesses estratégicos das nações imperialistas, em especial os EUA, tornaram-se um alvo, e sofreram as consequências do ponto de vista econômico, social, político e militar. Os sucessivos governos estadunidenses, por exemplo, intensificaram suas operações militares no mundo, ampliando o número de tropas e de bases fora do seu território nacional, bem como consolidaram a expansão de seu poder naval, sendo hoje a única nação que tem sua Marinha circulando 24 horas por dia todos os Oceanos e Mares do planeta, numa evidente demonstração de força e poder naval com capacidade de realizar intervenções em qualquer país, graças, entre outras coisas, aos seus inúmeros porta-aviões, um símbolo bastante representativo de países que se preparam para a guerra de conquista de territórios. Apesar de acreditar que o imperialismo estadunidense poderia reinar absoluto num mundo unipolar, sem a “ameaça comunista/soviética”, os governos Bush (Pai), Clinton, Bush (Filho), Obama e Trump tem enfrentado muita resistência e derrotas nos campos de batalha de todos os continentes. Mesmo com todo o poder acumulado entre 1991 e 2003, os EUA não conquistou uma obediência e cumplicidade absolutas no interior da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente para suas ações militares. Foi nesse contexto de ausência de apoio majoritário da chamada “comunidade internacional” às intervenções dos EUA que a OTAN entra em cena. A

justificativa apresentada pela OTAN para as ‘intervenções humanitárias’ tem recebido apoio incondicional das grandes corporações econômicas e financeiras dos países imperialistas, que precisam das guerras para minimizar os efeitos da crise estrutural do capital/capitalismo. Inúmeras mercadorias produzidas pelo internacionalizado complexo industrial-militar e setores complementares da economia capitalista são consumidos em grande quantidade nas guerras e conflitos regionais em curso no mundo atual, e os governos da OTAN e seus aliados se utilizam também do estímulo econômico e da ideia de reconstrução do país como elementos para obter o apoio da grande burguesia industrial e financeira para os novos empreendimentos (BUZETTO, 2012, p. 166-167).

Esse modelo OTAN de resolução de conflitos é uma afronta aos princípios da carta de fundação da ONU, que em seu Capítulo 1, Artigo 2 diz que “3. Todos os membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não

sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais”, e continua: “4. Todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas” (ONU, S/D, p. 11). Mas muito antes da existência da OTAN a violência imperialista já percorria o chamado Oriente Médio, desde os golfos e mares até os mais longínquos desertos. O século XX ensinou, desde o Acordo Sykes-Picot (1916), que a “guerra de conquista, a violência e o terror são parte indispensável da política colonialista/imperialista”, e a “força (política, social, cultural e militar) é elemento fundamental para a resolução de conflitos na região” (BUZETTO, 2016, p.170). Afinal de contas “a guerra é um meio de reprodução de certas relações de produção (...) e a guerra de conquista é um meio de reprodução ampliada dessas relações (BUKHARIN, 1988, p. 105). Nos casos da Líbia e Síria, entre 2010 e 2011, existia um método, que recuperava as ações dos EUA no Afeganistão, entre 1978 e 1992, seguindo o roteiro de uma “Guerra por procuração” (Proxy War), ou seja, o governo dos EUA e seus aliados encontraram alguém (terceiros) que lutasse no campo de batalha da Líbia e da Síria por seus interesses, que não eram, obviamente, levar a paz, a democracia e os direitos humanos para o Oriente Médio. No Afeganistão daquela época os EUA, com apoio da Arábia Saudita e Paquistão, armaram e treinaram grupos jihadistas, os “mujahidins” (“combatentes”), guerrilheiros dispostos a dar a vida na luta contra os “infiéis comunistas da URSS” e seus aliados do Partido Democrático do Povo do Afeganistão, que estava no comando do governo desde a vitória da Revolução de Saur (1978). Levaram os interesses dos EUA até a ponta do fuzil, estimulados por uma suposta “Guerra Santa” (“Jihad”). Com dinheiro, armas, informações estratégicas, treinamento e assessoria militar, além de apoio político e da mídia, multiplicaram-se na Síria os “grupos rebeldes”, “revolucionários”, “insurgentes”, unidos por um só objetivo, definido em Washington: a mudança de regime (“regime change”). Todos os governos que tem se colocado como um entrave ao livre desenvolvimento da política estadunidense pelo mundo enfrentaram, nos últimos anos, golpes de Estado, intervenções militares estrangeiras, derrubada violenta de governos, guerra civil, terrorismo.

Segundo Korybko, os EUA vivem um momento de decadência e declínio diante do surgimento de um mundo cada vez mais crítico em relação à visão unipolar predominante no interior dos sucessivos governos de Washington, em especial após 1991, com o fim da URSS. Este autor afirma que os EUA não se preparou para esta situação,

mas está tentando se adaptar à mesma através da construção de uma “liderança velada”, escondida atrás de operações conhecidas como “guerra de procuração”, “guerra assimétrica”, “guerra não-convencional”, enfim, as “guerras híbridas”, pois se utilizam de diferentes meios e formas que são complementares e dispensam, na maioria das vezes, a presença física de grandes contingentes de tropas em operações terrestres, como foram as situações de intervenção militar estadunidense no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003). Korybko relata que, para os funcionários do governo dos EUA responsáveis por questões relacionadas à Defesa e Segurança, é muito melhor e mais barato terceirizar as operações militares contra países que ameaçam seus interesses. Sendo assim os EUA, desde 2011, pode ser considerada a única nação no mundo que está realizando/implementando uma guerra híbrida global, constante, cotidiana, permanente, se utilizando de operações de guerra psicológica (“Psyops”) e ações/táticas de continuada e crescente desestabilização da “sociedade-alvo”. O governo dos EUA tem realizado “campanhas de sabotagem geopolítica indireta sob as aparências de movimentos ‘pró-democracia’” (KORYBKO, 2018, p. 25). Tanto em relação à Ucrânia, como à Rússia, Irã, Venezuela ou Síria,

A novidade dessas abordagens é que, para ser bem sucedida, basta semear o caos e criar forças centrípedas que por si só ameacem dilacerar uma sociedade-alvo. Ela não precisa derrubar o governo em si para dar certo -, precisa tão somente fazer com que a sociedade se divida, e a incerteza em larga escala, arauto do caos social, faz o resto. Essa combinação de vácuo e sucção, como Brzezinski escreveu, cria um impasse geopolítico, que, por sua vez, representa um enorme desafio para o Estado indiretamente visado (...) (IDEM, p.25).

Todas essas táticas seguem uma orientação estratégica definida no Pentágono e na Casa Branca: exercer a “dominação de espectro total”, principalmente na região Euroasiática e no Mar Mediterrâneo. Para isso, outro objetivo estratégico precisa se concretizar, “desmantelar a influência da Rússia onde quer que seja, o que é ainda mais verdade no caso dos Balcãs, Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central”, numa “Nova Guerra Fria dos EUA” (IBIDEM, p. 160). Inspirados em teorias geopolíticas imperialistas, e orientados por Manuais do Exército dos EUA e em livros como o de Gene Sharp, *Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação*, as “guerras de quarta-geração” e “as guerras híbridas” dão ênfase na “guerra da informação”, e fazem das redes sociais uma imprescindível ferramenta de propaganda com capacidade de atingir milhões de pessoas com notícias e análises que refletem a posição política e ideológica estadunidense. Manifestações como a “Revolução Rosa” (Geórgia – 2003),

“Revolução Laranja” (Ucrânia – 2004), “Revolução dos Cedros” (Líbano – 2005) e “Revolução das Tulipas” (Quirguistão – 2005) ou “Revolução Síria” (2011) são movimentos políticos, sociais e culturais incentivados, patrocinados, financiados, apoiados direta e indiretamente pelo departamento de Assuntos Cívicos do Exército dos Estados Unidos, pelo Comando de Operações Psicológicas do Exército dos Estados Unidos, pela Casa da Liberdade e pela Fundação Nacional pela Democracia, estas últimas na condição de “organizações da sociedade civil” que recebem recursos do governo dos EUA para desenvolver “programas de defesa da democracia e dos direitos humanos no mundo”. Juntos, “investiram milhões de dólares para incentivar as ‘revoluções coloridas’” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 97.). No Caso da Síria, documentos classificados da Embaixada dos EUA em Damasco, divulgados pelo Wikileaks, confirmam que a ajuda financeira para a “oposição síria” contra o presidente Bashar Al-Assad teve início em 2005, totalizando cerca de US\$ 12 milhões, até o ano de 2010. Receberam esse recurso membros do Movimento por Justiça e Desenvolvimento, um grupo de exilados sírios baseado em Londres (IDEM, p. 101).

Podemos concluir que as operações militares dos EUA não só se mantiveram após o fim da URSS, mas se expandiram, e nada indica que a política externa dos EUA irá se alterar, seja com um governo do Partido Democrata ou do Partido Republicano. A política externa dos EUA, em seus sucessivos governos imperialistas, exige submissão e cooperação total daqueles que desejam ser tratados como aliados. Qualquer governo que coloque em risco os interesses estratégicos dos EUA, por mais limitada que seja a atuação desse governante, não resta a menor dúvida que sofrerá as consequências, que poderá ser uma intervenção militar, uma ingerência nos assuntos internos, uma pressão política junto ao parlamento, apoio a setores oposicionistas visando desestabilizar o país e criar um clima de mais insegurança e incerteza, promoção de um golpe de Estado e da ruptura da ordem institucional, treinamento e apoio material e logístico para grupos terroristas, ou a combinação de todas essas táticas, sempre com uma cotidiana guerra de informação e propaganda, para conquistar corações e mentes de setores da população desinformados e com baixo nível de consciência política ou compreensão dos interesses em jogo numa determinada luta social. A violência crescente, em suas múltiplas faces, o uso da força e das inúmeras táticas de desestabilização política são a regra na política externa estadunidense. Governos considerados progressistas e/ou de centro-esquerda da América Latina, completamente despreparados e iludidos com a possibilidade de ter algum

controle sobre a situação política e/ou as disputas geopolíticas regionais, caíram como um castelo de cartas diante de um leve sopro, sem nenhuma resistência considerável. O primeiro foi Manuel Zelaya, em Honduras (2009), com um golpe de Estado promovido e apoiado pelo Governo de Barack Obama, “democrata” elogiado e cultuado por setores da esquerda reformista e do movimento negro brasileiro. O presidente Zelaya foi preso e levado à força para a base militar estadunidense em Tegucigalpa. O segundo foi Fernando Lugo, do Paraguai (2012), que assinou uma vergonhosa renúncia, se mostrando uma liderança sem condições de enfrentar os desafios colocados pela conjuntura política nacional e internacional. Por último Dilma Roussef, no Brasil (2016), vítima de um golpe parlamentar-midiático-institucional, com tutela militar, que não foi evitado nem mesmo com gigantescas concessões realizadas ao grande capital industrial e financeiro, adotando medidas que agradavam os setores neoliberais, como a indicação de Joaquim Levy para o comando do Ministério da Fazenda, um executivo do banco Bradesco com doutorado na Universidade de Chicago. Levy entrou no governo Dilma para fazer o ajuste fiscal. Ficou conhecido como Joaquim “mãos de tesoura”. Curiosamente, este Ministro do governo Dilma assumiu a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo pró-imperialista e antinacional de Jair Bolsonaro. Os golpistas brasileiros aliados da política externa estadunidense não se sensibilizaram com esse e outros gestos de conciliação ou concessão de Dilma, e a “Revolução Colorida” (Verde e Amarelo) também ocorreu no Brasil, com a destituição ilegal da presidenta Dilma em abril de 2016. Portanto, as Guerras Híbridas e “Revoluções” Coloridas sob a direção do governo dos EUA são implacáveis contra seus inimigos e alvos. O único caminho diante dessa ameaça é o da resistência pró-ativa, como tem feito os governos do Irã, da Síria, da República Democrática Popular da Coreia (“Coreia do Norte”) e da Venezuela.

República Árabe Síria: um campo de batalha estratégico das lutas antiimperialistas

Desde a criação da Agência Central de Inteligência (CIA), em 1947, a Síria sofreu com sucessivas ações operadas de Washington, mas com apoio de aliados sírios incomodados com o avanço do nacionalismo árabe, que, após a vitória de Nasser, no Egito, também ficou conhecido como “Socialismo Árabe”. A CIA considerava essa corrente do pensamento político uma verdadeira ameaça aos interesses estadunidenses no mundo árabe e Oriente Médio, tão intensa quanto o comunismo. E quando surgiram

alianças políticas entre comunistas e nacionalistas árabes, a situação, para os EUA, ficou ainda pior. Já em março de 1949 a CIA articulou um golpe de Estado contra o presidente eleito, Shukri Al-Quwatli, “por haver hesitado em aprovar a construção do Trans-Arabian Pipeline (TAPLINE), que os Estados Unidos pretendiam construir, através da Síria, conectando os campos de óleo da Árabia Saudita aos portos do Líbano” (MONIZ BANDEIRA, p. 171, 2016). A Síria tornava-se, então, um alvo da política externa dos EUA. Essa ingerência estadunidense criou uma situação de permanente instabilidade e, entre 1955 e 1957, foi elaborado um plano para a mudança de regime (regime change) sob a direção da CIA e do MI6 britânico. Nessas operações secretas estavam o assassinato de lideranças nacionalistas “sob a falsa acusação de promover o terror e ameaçar os suprimentos de petróleo ao Ocidente” (IDEM, p. 172).

Em 1970 o general da Força Aérea, Hafez Al-Assad, do Partido Nacionalista Socialista Árabe (BAATH), assume o poder na Síria. As relações da Síria com a URSS e o Bloco Socialista se fortalecem, e a nação árabe escolhe um lado preferencial durante a Guerra Fria. Estava enterrada a possibilidade do oleoduto/gasoduto tão sonhado pelos EUA, Arábia Saudita e monarquias reacionárias do Golfo Pérsico, que levaria petróleo e gás do Golfo ao Mar Mediterrâneo. Quando morre Hafez Al-Assad, em 2000, os interesses do complexo industrial-militar estadunidense fazem renascer com força a ideia de que o momento abre uma oportunidade histórica para a implementação de um empreendimento de negócios bilionário que havia ficado “engavetado” por muitas décadas. Cria-se a expectativa de que seria possível uma negociação com o filho, Bashar Al-Assad, que assume a presidência da Síria adotando algumas políticas liberais/neoliberais, como privatizações, abertura da economia ao capital estrangeiro, tendo como resultado um inevitável aumento da desigualdade social, elemento explorado por aqueles setores que são contra o governo. As reivindicações da população síria tem uma base material, são legítimas aspirações de um povo que pretende obter melhores condições de vida e de trabalho. Portanto, não há o que se questionar sobre as reivindicações econômicas, sociais e políticas apresentadas por manifestantes contrários ao governo de Bashar Al-Assad. Uma verdadeira Revolução Popular e Democrática é, possivelmente, a única solução para uma série de problemas enfrentados pela classe trabalhadora e pelas massas populares em todo o mundo árabe e Oriente Médio. Essa esperança foi uma realidade entre 1952 e 1970 no Egito de Nasser. Mas na Síria, desde 2011, não está em curso esse movimento, pois as forças políticas que assumiram a direção

desse processo não tem nenhum compromisso com a realização de reformas populares estruturais, de conquista e ampliação de direitos democráticos para todos os cidadãos, independente da religião e/ou posicionamento político, ou com a criação de políticas sociais efetivas no combate às profundas desigualdades que estão presentes em todos os espaços da atual sociedade síria. Mas uma questão tornou-se, sem dúvida, o centro das disputas relacionadas à Síria: trazer petróleo do Golfo Pérsico para o Mar Mediterrâneo, uma obsessão para muitas petromonarquias aliadas dos EUA.

Os interesses geopolíticos dos EUA e seus aliados estão acima da preservação da vida humana: matar milhões pelo controle do Mediterrâneo e por um gasoduto

Existem alguns fatores que necessitam ser observados com muita atenção quando tratamos dos motivos que deram início a esse conflito. Não é possível uma análise objetiva da situação da Síria sem levarmos em conta o histórico de rivalidades que o país tem com EUA, Israel, Arábia Saudita e monarquias do Golfo, bem como a participação do governo sírio no apoio ao movimento de libertação nacional palestino (em especial a setores da esquerda palestina, como a Frente Popular para a Libertação da Palestina – FPLP, Frente Democrática para a Libertação da Palestina – FDLP, Al-Saika, e também, por um tempo, à setores do Movimento de Resistência Islâmica – HAMAS), na Guerra Civil Libanesa (numa coalizão complexa e com divergências em seu interior, formada por Síria-Irã-Hezbollah-Partido Comunista Libanês-Organização para a Libertação da Palestina – OLP, entre outros), na sua histórica relação com a Rússia (desde os tempos de URSS) e na sua aliança estratégica com Irã e Hezbollah (nascido no Líbano, mas atuando hoje também em campos de batalha antiimperialistas na Síria, no Iraque, na Palestina ocupada e no Iêmen). Também é preciso lembrar a importância da Síria do ponto de vista cultural, com diferentes ramos do cristianismo e do islamismo se desenvolvendo plenamente em seu interior, convivendo com iniciativas e segmentos da sociedade que desejam e praticam uma coexistência harmônica, pacífica, solidária e ecumênica entre as religiões e seitas. Além disso, numa análise sobre a geopolítica do mundo árabe e Oriente Médio, também tem relevância sua localização geográfica estratégica. Por último, mas não menos importante, são as relações entre Síria e a República Bolivariana da Venezuela, fortalecidas após os acordos bilaterais assinados em agosto de 2006, e a visita do presidente Hugo Chávez ao país, em setembro de 2009, quando fez um discurso emocionante em Swaida, província há noventa quilômetros de Damasco, para milhares de cidadãos sírios, num estádio de futebol. Hugo Chávez visitou a Síria três vezes: em

agosto de 2006, em setembro de 2009 e em outubro de 2010. Bashar Al-Assad visitou Venezuela em junho de 2010. E Chávez já havia conversado com Saddam Hussein, com Muammar Al-Gaddafi e, nesses anos, com Bashar, sobre muitos temas, entre eles a necessidade de promover uma mudança na geopolítica do petróleo e gás, através de uma aliança mundial entre Venezuela, Líbia, Iraque, Síria, Rússia e Irã. Além do que afirmava, pouco antes de morrer, que as nações do Hemisfério Sul deveriam construir a Organização do Atlântico Sul (OTAS), para se defender de qualquer ameaça da OTAN.

Ou seja, todos fatores que tendem a confirmar a seguinte conclusão: ou um governo sírio, com apoio de seu povo, se transforma/se consolida numa importante força política, cultural e militar na região ou, inevitavelmente, em qualquer momento, nos próximos anos ou nas próximas décadas, esta nação árabe, sofrerá novamente com operações de guerra psicológica, desestabilização, guerras híbridas e não-convencionais sob o comando de potências imperialistas e seus aliados regionais. Não existe margem para conciliação com o imperialismo nessa situação, em especial quando se trata de Oriente Médio.

Não vamos aqui falar de acontecimentos históricos que podem ser facilmente verificados em centenas de artigos disponíveis nos mais diferentes meios de comunicação, onde se pretende refletir sobre o início da atual guerra que se desenvolve em solo sírio. Nos interessamos, aqui, mais em difundir uma explicação plenamente possível de se comprovar e compreender, que

O objetivo dos Estados Unidos e das demais potências ocidentais, no entanto, era assumir o controle do Mediterrâneo e isolar politicamente o Irã, aliado da Síria, bem como conter e eliminar a influência da Rússia e da China no Oriente Médio e no Magreb. A Rússia, desde 1971, estava a operar o porto de Tartus, na Síria, e projetava reformá-lo e ampliá-lo, como base naval, em 2012, de modo que pudesse receber grandes navios de guerra, garantindo sua presença no Mediterrâneo. Consta que Rússia também planejava instalar bases navais na Líbia e no Iêmen. E os Estados Unidos, ao financiar a oposição, na Síria, desde 2005-2006, visou a desestabilizar e derrubar o regime de Bashar Al-Assad (...) (MONIZ BANDEIRA, p. 372, 2013).

Portanto, destruir a Síria enquanto principal objetivo de uma determinada estratégia política e militar seria abrir o caminho para o enfraquecimento de um bloco de poder regional muito ativo e em plena construção desde o início dos anos 80. Derrotar Bashar Al-Assad teria implicações diretas na correlação de forças em nível regional e internacional, pois seria como atingir, em diferentes aspectos, ao mesmo tempo, também a Rússia, o Irã, o Hezbollah e toda a resistência libanesa e a resistência palestina. Caso a derrota da Síria se tornasse uma realidade, isso “permitiria suprimir a presença da Rússia,

de suas bases navais na Síria (Tartus e Latakia); cortar as vias de suprimento de armas para o Hizballah, baluarte dos xiitas contra as investidas de Israel no sul do Líbano; conter o avanço da China sobre as fontes de petróleo; isolar completamente e estrangular o Irã” (IDEM, p. 373, p. 2013). Dessa forma os EUA e seus cúmplices da União Européia teriam, com a derrota de Muammar Al Gaddafi, na Líbia, e de Bashar Al-Assad, na Síria, o pleno domínio territorial do Mar Mediterrâneo, e tal equação mudaria completamente o equilíbrio de forças e a geopolítica regional e, por que não, mundial. EUA, União Européia, OTAN, Turquia, Qatar, Arábia Saudita, Bahrein, Israel, Jordânia, Kuwait, Emirados Árabes Unidos se aliaram e patrocinaram das mais diversas maneiras organizações terroristas que foram infiltradas em solo sírio, com muito dinheiro, armas, equipamentos militares para todo o tipo de operação, auxílio logístico, midiático e com informações compartilhadas pelas agências governamentais e serviços de informações desses países, cada qual com seu interesse na queda de Bashar Al-Assad.

Outra nação que se destaca no financiamento da oposição síria foi o Qatar, que pretendia construir um gasoduto estimado em US\$ 10 bilhões e com uma extensão de 1500 km, que passaria por Arábia Saudita, Jordânia, Síria e Turquia, visando abastecer os países da União Européia. O governo do Qatar esperava lucrar muito com tal empreendimento, mas ficou muito frustrado e decepcionado com a recusa do presidente sírio em participar da iniciativa. Em 2009 a Síria se recusa a assinar um acordo com o Qatar e, logo depois, vai anunciar a construção do “gasoduto islâmico”, saindo do Irã, passando pela Síria e chegando no Líbano. Irã e Qatar possuem os maiores campos de gás do mundo, e quem conseguir atingir esse objetivo (construção do gasoduto), poderá se tornar o principal fornecedor de gás para o mercado europeu. Assim, a influência iraniana se ampliaria, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político. O “gasoduto islâmico” foi anunciado em 2011 e os acordos assinados em 2012, mas no mesmo período o governo do Qatar entregou para “grupos rebeldes” sírios cerca de US\$ 3 bilhões, bem como US\$ 50 mil para cada membro das forças armadas sírias que desertasse e aceitasse receber treinamento da CIA para a integração ao Exército Sírio Livre (MONIZ BANDEIRA, p. 175, 2016), organização terrorista pró-imperialista, considerada pelo governo dos EUA como a “oposição moderada” (e pelo brasileiro Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU como uma organização de vanguarda da “Revolução Síria”). O início da construção do “gasoduto islâmico” teve que ser interrompido devido à guerra na Síria. Nessa verdadeira “guerra por procuração”

contra o governo da Síria, EUA, Israel e Arábia Saudita coordenaram, com apoio decisivo do Qatar, Turquia e Jordânia, o ingresso de milhares de “jihadistas” estrangeiros para combater e destruir esta nação árabe. O governo da Arábia Saudita, por exemplo, chegou a conceder o perdão para 1239 presos, de várias nacionalidades, condenados à morte por estupro e contrabando em troca de aceitarem combater na Síria (IDEM, p. 178, 2016). Em 2012 Barack Obama deu ordem para apoiar com armas, munições e treinamento os grupos da “oposição moderada”, e negociou com a Turquia para facilitar a entrada desses combatentes na Síria. Também a Jordânia serviu de campo de treinamento para terroristas, sob a proteção e o patrocínio da CIA e do exército dos Estados Unidos. Em maio de 2013 o senador republicano, John McCain, com conhecimento do presidente dos EUA, viajou clandestinamente e ilegalmente à Síria. Entrou pela Turquia e foi numa reunião com membros de grupos armados que lutavam contra o governo de Bashar Al-Assad. O encontro foi em Idlib, e teve a presença de líderes da Frente Al-Nusra (na época a Al Qaeda Síria), do Exército Sírio Livre e do Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS). Nas redes sociais é possível ter acesso a fotos que confirmam a presença do senador, de Mohammad Nour (Al Qaeda) e, surpreendentemente, de Abu Bakri Al-Baghdadi, o autoproclamado “Califa Ibrahim”, líder do Estado Islâmico. Todos esses grupos são considerados terroristas, pela ONU, pela União Européia e até mesmo pelos EUA, mas um importante senador faz uma reunião para levar o apoio prometido por Barack Obama desde 2012. É impressionante o silêncio da mídia internacional sobre tal fato. As fotos revelam um John McCain muito à vontade, usando adereços com as bandeiras do Exército Sírio Livre e abraçando “jihadistas” prontos para cometer atos terroristas contra a população síria. Os textos de Thierry Meyssan, em seu sítio www.voltairenet.org, revelam este e outros importantes detalhes sobre a presença dos EUA na Síria.

Foi criada uma “legião estrangeira”, que recrutou terroristas vindos das mais diferentes partes do mundo, e essa “internacional do terror”, à serviço da “guerra por procuração” dos EUA, resultou na criação de dezenas de grupos, facções, organizações, sendo a de maior destaque o conhecido “Estado Islâmico”. Em 2014 chegou a ter aproximadamente 30 mil combatentes, oriundos de 110 países, sendo os maiores contingentes da Tunísia (5000), Arábia Saudita (2275), Jordânia (2000), Rússia (1700) e França (1550) (PAULIC e VINCE, p. 115, 2016). A escalada crescente de terrorismo por parte dos aliados dos EUA só foi interrompida na Síria pela ação decisiva e coordenada da Rússia, do Irã e do Hezbollah. Sem dúvida a combinação desses atores, operando em

conjunto no campo de batalha da Síria e nas fronteiras e países vizinhos, como Líbano e Iraque, obteve um resultado positivo no sentido de eliminar, isolar, enfraquecer, dividir e dispersar essas forças militares pró-imperialistas. Apesar de inúmeras vitórias militares dessa coalizão, tais grupos armados ainda mantêm, na atualidade, operações no interior da Síria, mesmo que numa dimensão muito menor que em anos anteriores. Mas os EUA não desistem facilmente de um objetivo estratégico tão importante quanto a Síria. No Iraque EUA/OTAN destruíram o país árabe. No final, chegaram à conclusão que seria impossível ter o controle absoluto do território, mas adotaram uma política de terra arrasada e de estímulo ao separatismo. Então as tropas dos EUA e suas empresas privadas de segurança conquistaram o apoio de algumas organizações políticas curdas, e se mantêm até hoje como uma força presente e influente no curdistão iraquiano, desenvolvendo ali um capitalismo que busca difundir o “american way of life” sob a proteção de tanques, helicópteros e fuzis. Infelizmente na Síria tropas dos EUA e assessores militares desse país, da União Européia e de Israel estão circulando em Rojava, o Curdistão Sírio. A aproximação dos EUA dos Curdos da Síria, através da formação das Forças Democráticas Curdas, com presença inclusive de contingentes militares do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), através das Unidades de Defesa do Povo (YPG) e das Unidades de Defesa das Mulheres (YPJ), é hoje uma realidade. Em Erbil, Afrin, Idlib, Mambij e outras cidades e vilas do Curdistão Sírio é possível observar a confraternização de forças militares curdas e o exército dos EUA, que lhes fornece dinheiro, armas e equipamentos e treinamento. É decepcionante ver uma luta justa e legítima como a da população curda sendo infiltrada pelo sionismo israelense e pelo imperialismo estadunidense. A falta de compreensão e visão estratégica de certas lideranças curdas vão desmoralizando determinadas organizações que se apresentavam como uma novidade no cenário político do Oriente Médio dos últimos 30 anos. Essa aproximação de setores do PKK e demais organizações curdas com o imperialismo estadunidense e com Israel, a pretexto de conseguir apoio financeiro e material para a continuidade de sua luta pela construção de uma Confederação Democrática Curda na região é algo inadmissível para quem deseja realmente construir um futuro de paz, desenvolvimento econômico, justiça social e independência nacional para todos os povos e nações do Oriente Médio. Não existe possibilidade de uma paz justa e duradoura sob a tutela dos EUA. Tais setores curdos aliados dos EUA pagarão um preço alto pela sua posição de submissão diante dos interesses geopolíticos imperialistas. Lembremos que não existe uma unanimidade entre os curdos sobre este tema, que sempre gerou polêmicas

e divergências, como era de se esperar. Entendemos que “A batalha da Síria alterou significativamente os rumos da geopolítica e dos conflitos no Mundo Árabe e Oriente Médio, mas ainda não terminou” (BUZETTO, p. 181, 2016).

Os EUA são uma potência em crise, em declínio, num período de diferentes tentativas de construção de um mundo pluripolar/multipolar, marcadas por múltiplas e profundas contradições, onde as classes sociais e suas organizações representativas ainda possuem uma relevância, assim como os Estados Nacionais e seus governos, com distintas composições sociais e de classe, mas sendo um instrumento importante e decisivo na elaboração e execução da política externa e da política internacional. Em tempos como esse é sempre bom lembrar que a influência estadunidense foi derrotada em Cuba (Revolução Cubana) há sessenta anos atrás, no Irã (Revolução Islâmica) há quarenta anos atrás e existe uma batalha cotidiana contra tal influência na Venezuela (Revolução Bolivariana), algo que já dura vinte anos. Também é preciso reecuperar o caso da resistência heróica do povo do Vietnã, que nunca abandonou princípios ou fez concessões ao imperialismo para conquistar a sua plena independência nacional. Ou ainda olhar para a belíssima história da Resistência Popular Libanesa, em sua batalha de décadas contra o sionismo, o imperialismo e os interesses das monarquias árabes reacionárias. Contra tantos inimigos, dentro e fora do país, construíram um caminho de vitórias que merece ser estudado cuidadosamente, pois encontraram uma fórmula interessante que nos estimula a dar mais importância às particularidades culturais muito presentes nas lutas políticas do Mundo Árabe e Oriente Médio.

O Irã e o Líbano ensinaram que não existe possibilidade alguma de vitória de qualquer revolução popular, democrática e antiimperialista nessa região sem que as forças políticas reconheçam a importância estratégica do Islã na vida cotidiana, na cultura e no modo de vida das amplas massas populares, exigindo um conhecimento mais profundo dessa religião, que também tem, em seu interior, uma teologia da libertação, com um conteúdo e um caráter intensamente antiimperialista, movida por sentimentos de justiça e solidariedade que podem fortalecer os setores mais progressistas que desejam ver um Oriente Médio livre de intervenções estrangeiras. O Oriente Médio está em permanente reconstrução desde o fim da Iª. Guerra Mundial. O modelo pós-império Turco-Otomano, imposto pelo Acordo Sykes-Picot, está em crise e declínio, mas o que virá em seu lugar? Tentativas foram realizadas pelo nacionalismo árabe/socialismo árabe, assim como por diferentes correntes do Islã Político. A luta antiimperialista pode ser um elo de

aproximação e unidade entre os povos do Oriente Médio, e entre a região e o restante do mundo. O Antiimperialismo tem condições de ser a força mobilizadora das revoluções do século XXI, como já foi no século XX.

Uma questão é fundamental para se dizer quando citamos todas essas experiências vitoriosas de resistência antiimperialista (Cuba, Vietnã, Irã, Líbano, Síria, etc): que é possível enfrentar ao mesmo tempo inimigos muito poderosos e, ainda sim, sobreviver, vencer.

BIBLIOGRAFIA

BUKHARIN, Nicolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BUZETTO, Marcelo. A OTAN e seus aliados na invasão da Líbia: um atentado contra o Direito Internacional Humanitário e uma violação dos Direitos Humanos do povo líbio. *Revista de Ensaios dos Cursos de Relações Internacionais e Economia (RECRIE)*. São Paulo: Porto de Ideias, n. 2, 2012, p. 101-121.

_____. As lutas sociais e políticas no Grande Oriente Médio: das guerras imperialistas à resistência popular. *Lutas Sociais*, São Paulo: NEILS/PUC-SP, n. 37, 2016, p. 168-182.

KORYBKO, Andrew (2018). *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *A Desordem Mundial: o espectro da total dominação – Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NASSER, Gamal ABDEL. *A Revolução no Mundo Árabe*. São Paulo: EDARLI, 1963.

ONU. *Carta das Nações Unidas*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas, s/d.

PAULIC, Manon e VINCE, Pierre. Dossiê: 10 perguntas sobre o Daesh. Em: FOTORRINO, Éric. *Quem é o Estado Islâmico? Compreendendo o novo terrorismo*. São Paulo, Autêntica, 2016, p. 153-169.

RECEBIDO EM 10-11-2018

APROVADO EM 02-05-2019